

ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Reclama maior atenção do governo federal para com o planalto norte; reporta-se ao caderno Os Meninos do Contestado, pesquisa dos jornalistas Leonencio Nossa e Celso Júnior.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Defende-se das críticas de que é alvo; aborda o problema da rodovia 470.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Manifesta a necessidade de mais atuação do PAC catarinense.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** - Registra entrega de obras em Blumenau.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Reporta-se às ações da Polícia Civil em favor da segurança catarinense; parabeniza os novos secretários de estado.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** - Reporta-se à audiência pública para tratar das dificuldades da Lagoa; manifesta-se acerca da escolha do ex-deputado José Natal para ser secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Faz um balanço de sua viagem a Brasília para tratar da grave estiagem no estado; pronuncia-se a respeito da atuação dos bombeiros voluntários do estado de Santa Catarina.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Debate com o deputado Neodi Saretta a questão dos bombeiros voluntários.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Debate a questão dos bombeiros voluntários.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Aborda a forma irregular da compra de terrenos em Blumenau; reporta-se ao dique do bairro Fortaleza.

**DEPUTADO JEAN KUHLMANN** (aparte) - Faz esclarecimentos à deputada Ana Paula Lima.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a questão do bombeiro voluntário.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Parabeniza a atuação da Deic, da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, no combate aos arrombamentos de caixas eletrônicos.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Discorre sobre os problemas da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, senhoras e senhores.

(Passa a ler)

"No último domingo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, que está entre os mais importantes periódicos do Brasil, publicou um caderno especial que reflete a pesquisa aprofundada feita pelos jornalistas Leonencio Nossa e Celso Júnior sobre o episódio do Contestado, que aconteceu em Santa Catarina entre 1912 e 1916 e é considerado como a maior rebelião civil registrada no país no séc. XX."

Gostaria que a câmara desse um *close* especial na capa do jornal, que tenho nas mãos, que mostra Santa Catarina no seu centenário, com o título: Os Meninos do Contestado. E esses meninos diziam assim:

"Se não déssemos uma filha, eles matavam" - Sebastiana Medeiros, 102 anos.

"Os tiros de canhões pareciam trovoadas" - Altino Bueno, 108 anos.

Essa é a história do Contestado.

(Continua lendo.)

"Para quem não conhece o episódio - o que até é bem comum entre as gerações mais jovens -, e para aqueles que não nasceram em Santa Catarina e não tiveram a oportunidade de se debruçar sobre os livros da história ou conhecer a região em que se desenvolveu aquele conflito é preciso contextualizar o que foi o Contestado.

Para os que vivem na região onde aconteceram episódios marcados por batalhas sangrentas, para os que tiveram seus ancestrais envolvidos no conflito - seja de qual lado estivessem -, até hoje há marcas indeléveis daquela que foi uma guerra entre brasileiros, no momento em que Santa Catarina ainda despertava para a ocupação de

grande porte de seu atual território e muitos dos primeiros moradores da região lutavam por uma sobrevivência mais digna de suas famílias.

O *Estado de São Paulo* deu uma lição de jornalismo ao recuperar a linha histórica do episódio e apresentar personagens centenários que viveram na carne o conflito, pois à época eram jovens ou crianças, mas seus pais estavam em meio à guerra que envolveu toda a população da região. Os jornalistas dedicaram-se por um ano à pesquisa de documentos oficiais do Exército brasileiro, relatos de historiadores e incursões na região. O caderno *Os Meninos do Contestado* merece o nosso reconhecimento.

O conflito do Contestado eclodiu em 1912, depois da construção da Ferrovia São Paulo/Rio Grande, que corta o Planalto Norte e o vale do Rio do Peixe. A estrada foi aberta em meio a densas matas por cerca de quatro mil trabalhadores vindos de outros estados e por caboclos que habitavam a região.

O empresário norte-americano Percival Farquhar construiu a ferrovia ganhando por quilômetro de trilho implantado. Isso explica por que a estrada de ferro é tão sinuosa e praticamente não tinha túneis, o que décadas mais tarde fez com que o governo construísse um novo ramal, que passa por Lages. Também justifica, em parte, o argumento da ALL, atual detentora da exploração de ferrovias do sul do Brasil pelo abandono da ferrovia do Contestado."

A ALL é, sim, irresponsável e não está dando conta do contrato feito com o governo federal. Estou fazendo, portanto, uma crítica à ALL.

(Continua lendo.)

"Voltando ao cenário que justificou o conflito, Farquhar ganhou o direito de explorar a madeira da margem da ferrovia. Podia retirar pinheiros e imbuías numa área de 15 quilômetros para cada lado dos trilhos. E nesta área é que viviam a maioria dos ex-trabalhadores da construção da ferrovia.

As serrarias que o norte-americano implantou em Três Barras e Calmon eram verdadeiros

complexos, com quase mil funcionários, que incluía milícias encarregadas de expulsar quem estivesse na faixa de terra de onde a madeira era retirada. Eles recebiam a tiros caboclos que ameaçavam os interesses das madeireiras.

Neste clima começaram a se formar grupos de marginalizados, de sertanejos, e fortaleceram-se histórias sobre crendices de virgens e santos messiânicos. Havia ainda um conflito em Santa Catarina e Paraná pela área contestada, de quase um terço do nosso estado, que também justificava em parte o abandono da região.

Os dados controversos falam em até 10 mil mortos nos quatro anos que durou a revolta. A ação foi de tal magnitude que o Exército brasileiro mobilizou sete mil homens de um efetivo total no país de 18 mil soldados na época.

Afora a recuperação do episódio, o caderno especial do *Estadão* também apresenta dados importantes atuais que mostram como a região ainda enfrenta problemas sociais, com municípios com grande parcela da população carente e como os repasses de recursos federais são limitados para ajudar a promover o desenvolvimento que todos os catarinenses merecem.

Vejam que enquanto Calmon, Timbó Grande, Lebon Régis estão entre os municípios de Santa Catarina onde quase a metade da população vive na linha da pobreza, os repasses federais para esses municípios, no ano passado, foram poucos.

Timbó Grande registra o repasse de R\$ 60,00 por ano em recursos federais. Em Lebon Régis são R\$ 104,00 por ano; em Calmon, R\$ 132,00 por ano. E em Santa Cecília o investimento federal é ainda menor, apenas R\$ 55,00 por ano são mandados de Brasília para cada habitante daquele município.

Contra essa realidade atual é que, na condição de representante da região, eleito com votos de muitos dos moradores do planalto norte, este deputado vem à tribuna para reclamar maior atenção do governo federal para a região.

O governo estadual tem feito o que pode. Desde 2004, com o governador e atual senador Luiz Henrique da Silveira, com Eduardo Moreira e Leonel

Pavan e agora com o governador Raimundo Colombo, há fortes investimentos que visam à promoção do desenvolvimento.

São novas estradas, incentivo à implantação de indústrias, ao crescimento das que estão estabelecidas na região. Há investimentos na Educação, Saúde e Habitação. Mas é claro que muito mais deve ser feito, e é por isso que a parceria com o governo federal precisa ser cada vez maior, com a participação forte de Brasília na promoção de uma mudança melhor que resgate problemas atuais com origem de há muito tempo, alguns ainda enraizados no período que eclodiu a revolta do Contestado.

Para finalizar, quero dizer que sou deputado da região do Contestado e dela me orgulho muito. Sei que o episódio deixou marcas profundas na história do nosso povo e que por muitas décadas foi tratado como tabu.

Havia quem se envergonhasse de contar que participou da luta, que foi antes de nada mais uma luta pela sobrevivência. Certo é que homens e mulheres da região saíram talhados, forjados a ferro e fogo, fincaram raízes fortes para construir Santa Catarina com a plenitude de seu atual território.

A vida mudou, os anos passaram, mas é certo que em nossa região ainda resiste um sentimento de defesa da vida, da busca por dias melhores para nossa gente."

Neste ano em que se comemora o centenário do Contestado, venho aqui mais uma vez agradecer ao governador Raimundo Colombo e ao vice Eduardo Pinho Moreira por mandar a esta Casa de Leis a lei que faz com que a doação do trecho Canoinhas a Porto União se torne federal.

Assim, conto com todos os 40 deputados, deputado Silvio Dreveck, para que tenhamos essa grande lei que beneficia o Planalto Norte aprovada.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -  
Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, meus cumprimentos aos colegas desta Casa, ao nosso líder, deputado Dirceu Dresch.

Ontem, mostrei claramente ao povo catarinense que o celular que me foi comprado não é meu, pertence à Assembleia Legislativa, porque nunca vi um telefone ser tão falado. Tranquilamente, trata-se do telefone mais falado da história do Brasil. Agora é importante dizer às pessoas que compartilham da rede social que aceito tranquilamente as críticas, dentro do processo democrático, tendo em vista que esta é uma das Assembleias que dá condições de trabalho aos seus deputados para bem representar o povo catarinense. Agora, não posso aceitar as ofensas pessoais que me estão sendo feitas no *facebook*, e a maioria delas dos mesmos nomes que fizeram isso no ano passado quando disseram que tirei diárias para ir ver enchente na minha cidade. Percebemos que são as mesmas figuras. Numa declaração extremamente explícita de adversários em parte e a grande maioria advinda em decorrência das ações que tenho tomado.

Ontem mesmo falei sobre os pedidos de informação que fizemos ao Ministério Público do Tribunal de Contas do estado, que solicita mais quase R\$ 8,5 milhões para 16 procurados por conta de gratificações atrasadas. Mas estou relembando isso agora, porque ontem exatamente no momento em que comecei a falar sobre o telefone ou sobre o pacote que nos é vendido e cumprido num assalto claro a esta Casa como, por exemplo, a questão da internet, da velocidade vendida e não entregue, em que a Anatel tem um papel de responsabilidade de fiscalização e não faz, no momento em que falava sobre isso, caiu o *site* da Assembleia, que tem, se não me engano, a manutenção do Ciasc. E ontem o presidente do Ciasc respondeu-me que não poderia me passar as informações que solicitei no ano passado, porque eram sigilosas, com relação a

esses pagamentos absurdos que têm sido feitos. Porém, como o *site* caiu, resolvi colocar essa conversa novamente em pauta, simplesmente afirmando que o telefone celular é uma ferramenta de trabalho e sou um parlamentar que, gostem ou não, utilizo ferramentas tecnológicas para atender ao povo catarinense.

Em decorrência disso, quero pedir para que abram um email que me foi passado, porque ali o próprio Steve Jobs manda votar no 13. E, quando o Steve Jobs diz para votar no 13, quero dizer ao povo de Santa Catarina que o PT, ao comemorar os seus 32 anos de idade, está mostrando que este país desenvolve-se principalmente através de processos tecnológicos, dando inclusão digital, com distribuição de *tablets* em escolas, e agora também para professores, com uma aquisição de 600 mil *tablets* para os professores de escola pública.

Quero aqui também falar sobre mais um acidente com óbito no trevo da BR-470, em Lontras. Em 2009 foi feita uma paralisação no trevo de Lontras. Depois de 2009 vários acidentes aconteceram. Morreu uma moça de Presidente Getúlio.

Foi feita uma mobilização para que fosse fechada a BR-470, e a partir dali fizemos uma série de audiências públicas em todo o alto vale, juntamente com o DNIT, mostrando a questão das travessias urbanas, os trevos que tinham que ser feitos, chegando-se à conclusão de que o trevo de Lontras era o mais urgente devido ao número de acidentes.

Eu sou do Partido dos Trabalhadores, mas também não aguento mais, deputado Moacir Sopelsa, o que está acontecendo naquele trevo. Foi feita uma licitação da obra, saiu a empresa vencedora depois dessa mobilização, foi feita a entrega da ordem de serviço, mas quando era para a empresa começar, deputado Silvio Dreveck, ela desistiu.

Foi necessário, então, abrir um novo processo licitatório para chamar a segunda colocada. Vieram as eleições e não pode ser entregue a ordem de serviço, deputado Jean Kuhlmann.

No ano passado, ainda, estivemos no ministério dos Transportes, em Brasília, juntamente com o

deputado Peninha e o deputado Jean Kuhlmann, que também sempre passa naquela região, e ficou acertada a entrega da ordem de serviço do trevo de Lontras.

Como o DNIT, o ministério dos Transportes não está vendo essas mortes?! Nós vamos fechar o trevo da BR-470, na entrada de Lontras, novamente. Vamos convidar todos os deputados desta Casa, para uma última investida em Brasília. Porque trocaram os ministros, foi trocada toda a direção e a segunda empresa vencedora, em contato que tivemos, diz que ainda executa obra nesse preço que foi licitado, tendo em vista que depois disso houve alguns acréscimos de preço em obras públicas.

Então, quero aqui me solidarizar com a família daquela moça que morreu em mais um incidente e dizer que continuo defendendo, como deputado, o governo federal não apenas por ser do meu partido, mas por ser um governo que tem mudado a história deste país, e que não temos mais alternativas, no sentido de sensibilizar o ministério dos Transportes da urgência, da premência da realização dessa obra da entrada do trevo de Lontras.

Eu diria que comparando os custos daquele trevo com o número de acidentes e de óbitos que já ocorreram lá, é injustificável a não execução daquela obra. Nada mais justifica não ser entregue essa ordem de serviço!

Em conversa com o engenheiro João José dos Santos, superintendente do DNIT, que tem feito um bom trabalho, ele nos informou que não tem autonomia para entregar essa ordem de serviço por causa da questão orçamentária. Por isso temos que fazer essa mobilização. Para isso, entramos contato com o deputado Peninha, com o deputado Décio Lima, em Brasília, e vamos convidar os deputados estaduais Jean Kuhlmann, Jorge Teixeira, Aldo Schneider para irmos novamente a Brasília, no ministério dos Transportes, juntamente com as lideranças, os vereadores e o prefeito de Lontras, para ver se conseguimos definitivamente desentocar a entrega da ordem de serviço da obra do trevo de Lontras.

É uma obra que não é de grandes custos, comparando com o volume de obras que existem neste país, mas precisamos urgentemente de uma resposta, de uma correção, para que possamos evitar que continuem ocorrendo esses acidentes com óbitos na BR-470.

Espero que o site desta Casa não caia novamente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham pela TVAL e neste plenário, quero aqui aproveitar para registrar a realização de uma bela festa, a 11ª Festa da Melancia, uma iniciativa de um casal de agricultores, o sr. Valentino e a sra. Selma, no município de Lebon Régis, no último domingo, que recebe um público surpreendente, ou seja, milhares de pessoas.

Queremos parabenizar a família, a comunidade de Rio Bonito, do interior de Lebon Régis, pela festa, mas o que nos surpreendeu foi a falta de apoio político da administração daquele município, pois a estrada estava sem nenhuma condição de receber tanta gente. Então, tanto a comunidade quanto a família e a população de outros municípios que para lá foram ficaram extremamente revoltados, porque uma festa tão grande e tão importante, que divulga o nome do município, não recebeu apoio nem da administração municipal para dar uma ajeitada na estrada. Quando dois carros se encontravam, um tinha que ir para a capoeira, no meio do mato, para o outro passar. E esse fato nos chamou muito a atenção.

O que acontece, nos nossos municípios pequenos, é a falta de consideração de administradores municipais. Por isso, não posso deixar de fazer este registro. Foi uma festa tão grande e bonita, com tanta gente presente, mas

faltou apoio a uma festa que divulga o município para todos os cantos do nosso estado, principalmente para aquela região no município de Lebon Régis.

A segunda questão que quero registrar diz respeito à capa do jornal *Diário Catarinense* de hoje, que mostra a situação de Santa Catarina, que já levantamos há muito tempo nesta Casa. "Em oito, dos últimos dez anos, SC cresceu menos do que o Brasil".

Os dados econômicos deste estado estão-nos assustando nesses anos todos, porque o que estamos registrando é que os governos dos últimos anos de Santa Catarina não têm um projeto estratégico de desenvolvimento de médio e longo prazo. Muito se fala em acomodação de partido, de projetos políticos partidários, mas muito pouco se fala na perspectiva de investimentos, de desenvolvimento, de estratégia para o nosso estado.

O governo federal tem apostado numa estratégia de desenvolvimento do país através do PAC, com grandes investimentos, em que foram investidos bilhões de reais. No ano passado, foram mais de R\$ 500 bilhões, este ano foram feitos muito mais investimentos em infraestrutura, e o nosso estado não tem uma estratégia de desenvolvimento.

Onde está o PAC de Santa Catarina? Onde está a estratégia de desenvolvimento do nosso estado? Esse assunto vou tratar na semana que vem, discutindo com mais detalhes essa questão polêmica em nosso estado que vem perdendo posições, não somente com o crescimento menor do que outros estados, como vem perdendo posições importantes na classificação da economia de nosso país. Quero, então, deixar registrado que voltarei com esse assunto em outro momento.

Por último, sr. presidente, quero aqui justificar, inclusive, que estive fora desta Casa ontem e na semana passada, para participar de uma grande articulação que começou desde outubro do ano passado, para amenizar e, quem sabe, no futuro resolver a questão polêmica de como vivem as 170 famílias de agricultores nos municípios de Cunha Porã e Saudades, onde o Ministério da Justiça,

juntamente com o Ministério Público e entidades, acabou reconhecendo uma área de agricultores como uma área indígena. Para isso, estamos buscando uma alternativa, fazendo um encaminhamento imediato de compra de uma área para assentar os indígenas, construir um assentamento, uma aldeia provisória.

Nós já articulamos essa questão desde o ano passado e felizmente estamos tendo um grande apoio de vários ministérios, também da nossa bancada federal, ou seja, dos seis deputados federais do oeste catarinense, que empenharam uma emenda junto com o ministério da Agricultura e agora essa emenda vai ser repassada para o estado, para a secretaria da Agricultura.

Então, estivemos, na última segunda-feira, com o governador do estado, e na lógica ele compraria uma área, receberia esse recurso da união para a secretaria da Agricultura, e o governo compraria uma área para assentamento provisório dos índios, até resolver a polêmica judicial, pois existe um processo tramitando, e quem sabe no futuro seja definida essa questão, porque os índios estão pressionando para voltar para a área no município de Saudades e de Cunha Porã, área do Araçá, e não podemos deixar que isso aconteça.

Então, estamos fazendo um grande trabalho junto com os deputados estaduais do oeste, destacando também a participação do deputado Mauro de Nadal, de outros deputados e do próprio presidente Gelson Merisio nessa articulação, juntamente com os deputados federais, com o ministério da Agricultura, o ministério da Justiça, a Funai, com o apoio inclusive do próprio Ministério Público.

Assim sendo, estou justificando a nossa ausência no dia de ontem para dizer que fomos, então, a Brasília para participar de uma reunião no ministério da Justiça, a fim de tratar dos últimos detalhes no encaminhamento com o dr. Loreno Weissheimer, que é o procurador do estado, para ver qual é o caminho a ser seguido para a compra dessa área. Existe possibilidade de se conseguir recursos hoje, via ministério da Agricultura, emenda orçamentária dos seis

deputados federais do grande oeste catarinenses que atuam e representam essa região.

Estamos otimistas de que vamos encaminhar da melhor forma possível. Primeiramente, vamos resolver esse problema imediato, emergencial, que é o local para os índios que estão numa aldeia, na sede Trentin, em Chapecó, os quais reivindicam aquela área.

Então, seria feito um assentamento provisório para depois, no segundo passo, quem sabe, buscarmos um encaminhamento que possa interessar os dois lados, tanto os índios quanto os nossos agricultores familiares.

É isso o que tinha para dizer no dia de hoje, sr. presidente, desejando a todos um bom final de semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Quero cumprimentar o sr. presidente, as sras. parlamentares, os srs. parlamentares, a Mesa Diretora, as pessoas que nos assistem pela TVAL e as que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital.

Primeiramente, quero dizer ao deputado Jailson Lima, que fez uma colocação muito oportuna sobre a questão do trevo de Lontras e da necessidade de se fazer um viaduto lá, que esse caso do viaduto seria algo semelhante ao que iria acontecer em Blumenau, no prolongamento da via expressa, se o município de Blumenau não tivesse tomado a iniciativa de fazer a obra por conta própria, deputado Silvio Dreveck. V.Exa. foi prefeito e sabe que muitas vezes um município não pode esperar a execução de uma obra mesmo que a mesma seja obrigação do governo federal ou do governo estadual.

Em Blumenau, neste final de semana, teremos a solenidade de entrega do viaduto da via expressa, uma obra que tem um custo aproximado de R\$ 5 milhões, em que o município, ao em vez de executar

a pavimentação de ruas na comunidade, por exemplo, deputado Silvio Dreveck, teve que ir ao Badesc pedir uma autorização aos vereadores para contrair um empréstimo com o banco, no valor de R\$ 5 milhões, para poder executar essa obra que será paga novamente com o suor, com o trabalho e com o imposto dos blumenauenses, pelas pessoas da região, para evitar, deputado Jailson Lima, que acontecesse em Blumenau o que aconteceu agora em Lontras, com pessoas falecendo porque o DNIT não tomou providências. E aí quero aqui, de certa forma, eximir a culpa do DNIT, pois as empreiteiras que muitas vezes enrolam os governos acabam causando esse problema. Mas no caso de Blumenau, o DNIT nem o processo de licitação nem o projeto do viaduto fez, e a prefeitura teve que assumir essa responsabilidade.

Graças a Deus e graças ao empenho de muitas e muitas pessoas, neste final de semana o viaduto da via expressa será entregue concluído, depois de mais de 20 anos esperando, uma obra vital, uma obra fundamental para Blumenau e região, que é a via expressa com o seu viaduto e, conseqüentemente, uma obra da nova entrada da cidade de Blumenau.

Espero que essa obra possa continuar além do viaduto, compromisso assumido pelo governador Raimundo Colombo, na última quinta-feira, o qual esteve presente na posse do presidente da CDL, Paulo Cesar Lopes, respeitando todas as entidades. Mas ele, na posse anterior da Acib, um ano atrás, como tinha assumido um compromisso com essa associação, foi lá pessoalmente assinar a ordem de serviço do governo do estado para que uma empresa pudesse fazer o projeto de continuação dessa via expressa até a vila Itoupava, no sentido Massaranduba. Ou seja, a prefeitura buscou, e aí temos que ser justos com o governo federal, a conclusão da via expressa até a BR-470. O governo federal não fez a sua parte na construção do viaduto, mas a prefeitura fez a sua parte e construiu o viaduto sobre a BR-470.

O governo do estado, neste momento, assume o compromisso, através do governador, de fazer a

continuação dessa rodovia tão importante para o desenvolvimento e para o crescimento da região norte, do vale médio de Itajaí, que é o prolongamento da via expressa até a vila Itoupava, nova SC-108.

Mas essas notícias, como a entrega, neste final de semana, do viaduto da via expressa, como uma das maiores mudanças viárias, uma das maiores mudanças no trânsito de Blumenau, que é o binário da rua Paris, que começa a funcionar neste final de semana, implantando definitivamente e concretizando todos os corredores de ônibus na nossa cidade, é mais uma mudança que precisa ser comemorada.

A prefeitura de Blumenau, neste final de semana, consegue fazer três grandes ações para os cidadãos: o viaduto da via expressa, o binário da rua Paris e também a entrega com parceria do governo federal, com parceria da Caixa Econômica, com o apoio da prefeitura, no sentido das áreas, com parceria dos moradores, porque eles também têm a sua prestação mensal, têm que pagar todo o mês a casa, sendo que muita coisa é subsidiada pelo governo federal, mas o morador também tem que fazer a sua parte. Então, esses quatro não podem ser esquecidos. Também entregarão 256 apartamentos nesta sexta-feira, totalizando mais de 1.800 apartamentos para Blumenau.

É por isso que tenho cada vez mais orgulho, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que já foi prefeito, de Blumenau, do médio vale do Itajaí e do vale do Itajaí. É uma população que não espera que os outros façam, é uma população que busca, que corre atrás, que quer o resultado, uma população que faz a sua parte.

Blumenau, mesmo passando por enchentes, por catástrofes, conseguiu se recuperar, mostrando o seu jeito de ser, o jeito do seu povo, passando de 11º lugar para primeiro lugar em qualidade de vida. E isso foi considerado pela Firjan, Instituto da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Não foi Santa Catarina que avaliou, foi no Rio de Janeiro que eles avaliaram todos os municípios de Santa Catarina e verificaram que

Blumenau é o primeiro município em qualidade de vida.

Muita coisa ainda tem que ser feita, muita coisa tem que ser construída pela cidade, muita coisa tem que ser trabalhada, mas é com a garra desse povo maravilhoso, o empreendimento de muitas questões privadas que estão sendo trabalhadas e o compromisso do poder público que vamos garantir que Blumenau continue sendo a primeira em qualidade de vida. Um exemplo disso é o complexo da ponte de Badenfurt.

Cobrei, recentemente, do prefeito João Paulo Kleinübing o prolongamento da Humberto de Campos, que vai ligar o Bairro da Velha até a ponte do Badenfurt, mostrando que essa obra é muito importante. E o prefeito alegou, de forma muito categórica, que falta somente definir algumas questões ambientais para que a obra possa começar.

Então, é o prolongamento da Humberto de Campos, é a ponte do Badenfurt, é a concessão da rodoviária, modernizando a rodoviária de Blumenau.

Portanto, pelo trabalho desse povo e das entidades, juntado com o das nossas organizações, cada vez mais eu me orgulho de ser blumenauense e poder amar e respeitar essa cidade, porque esse povo realmente mostra o que pretende fazer e mostra o seu jeito de trabalhar.

É nesse sentido que acredito que o prefeito João Paulo Kleinübing, mesmo sendo criticado por algumas pessoas no início - "Ah, vai pegar dinheiro emprestado do Badesc, que poderia ser utilizado para calçar rua e construir posto de saúde, para construir um viaduto na BR-470, o que era responsabilidade do governo federal" -, acertou na sua iniciativa, porque se tivesse esperado, deputado Silvio Dreveck, pelo governo federal para construir um viaduto na via expressa, em Blumenau, teria morrido muito mais pessoas do que no trevo de Lontras, e sendo que lá o movimento é muito mais intenso.

Que pena que a prefeitura de Lontras não tenha capacidade de investimento para construir um viaduto, porque se esperar pelo governo federal, acho que mais algumas pessoas, infelizmente, vão

falecer, o que não acontecerá em Blumenau. E graças ao empenho do prefeito João Paulo Kleinübing, graças ao Badesc, na pessoa do presidente Nelson Santiago, e de todos que participaram do processo, a prefeitura de Blumenau construiu o viaduto que será entregue neste final de semana para a comunidade, uma obra muito importante que mostra para todos nós que, às vezes, os governos federal e estadual não fazem a obra e quem acaba pagando a conta é o município, tirando dinheiro da saúde, da educação e da infraestrutura local para ter que cumprir com uma obrigação que seria do governo federal. Mas a prefeitura fez isso e neste final de semana, junto com os 256 novos apartamentos, junto com toda a mudança dos corredores de ônibus na Itoupava Norte, do binário da rua Paris, a prefeitura entregará o novo viaduto da via expressa, uma obra que custou quase R\$ 5 milhões. E mais importante que a questão financeira é a quantidade de vidas que essa obra vai salvar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero me somar ao discurso do deputado Jean Kuhlmann, pela belíssima obra que Blumenau recebe neste final de semana, uma obra tão esperada, desejada e sonhada, o famoso viaduto da via expressa.

Deputado Jean Kuhlmann, tenho percorrido Santa Catarina. No ano passado, visitei 150 municípios e diria que em 90% deles há um pórtico, um acesso oficial, mas Blumenau sequer tem um pórtico de entrada. Mas felizmente teremos um agora, com a inauguração do viaduto da via expressa sobre a BR-470, não somente facilitando quem vem no sentido sul/norte, mas também ao contrário, em especial

desafogando o trânsito para a região norte do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Concordo com v.exa. quanto à necessidade de um pórtico, mas agora vai ficar um pouco difícil, porque vai ter a via expressa, daqui a pouco a ponte do Badenfurt. Se Deus quiser, o governador Raimundo Colombo assinará também, no mês de março, o projeto da questão do contorno de Gaspar, que vai ter um novo acesso. Ou seja, com a expansão de Blumenau do jeito que está acontecendo, no futuro a cidade vai precisar de vários pórticos, deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Perfeitamente! Mas não há dúvida de que a via expressa será, oficialmente, a entrada principal da cidade, como disse tanto quanto de quem vem do sul do estado quanto da região norte. É uma grande conquista, e queremos estar lá neste final de semana comemorando, celebrando e parabenizando o prefeito João Paulo Kleinübing por essa iniciativa. E é uma conquista de todos nós, catarinenses, com a parceria do governo do estado e também do governo federal. Resta-nos, agora, continuar lutando pela duplicação da BR-470, e tenho certeza de que a deputada Ana Paula Lima está conosco nessa cainhada pela sua duplicação.

Deputado Maurício Eskudlark, não sei se v.exa. já usou da tribuna, mas certamente o fará, e precisamos mencionar a questão não apenas das indicações para a Polícia Civil nesta semana, uma grande conquista, pois são 513 novos policiais, entre delegados, agentes, psicólogos, escrivães. E, talvez, foi por isso, deputado Maurício Eskudlark, que tivemos, ontem, o anúncio de prisão na Penha, no litoral catarinense, dessa quadrilha que, sistematicamente, tem amedrontando e perturbado a paz de todos nós catarinenses, no ataque a caixas eletrônicos.

Nós queremos fazer uso da tribuna, nesta manhã, em nome do PSD, para parabenizar o DEIC.

Foram 51 ataques, srs. telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e srs. deputados que aqui comparecem nesta manhã, dessas quadrilhas, de janeiro de 2011 a janeiro de 2012. Portanto, há um ano estão aterrorizando o estado de Santa Catarina.

Ontem, começou esse desmonte das equipes, sendo que foram presos três envolvidos - o quarto elemento acabou sendo morto no local do assalto. Estavam com eles 15 bananas de dinamite, quatro pistolas, uma espingarda, celulares e colete a prova de balas.

Parabéns ao DEIC pela operação. É pouco, mas, deputado Maurício Eskudlark, é um bom começo!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não! Ouço v.exa., que é egresso e doutorado na área de segurança da Polícia Civil.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos, e parabéns pela sua abordagem.

Confesso que acompanhei algumas tratativas, até porque estou constantemente em contato com os colegas. Sabia desse trabalho que vinha sendo feito por essa equipe, do monitoramento, e é uma equipe que tem por objetivo realmente desarticular as quadrilhas que estão atuando em Santa Catarina, porque, infelizmente, proliferaram muitas quadrilhas praticando esse tipo de crime.

Esse é um alerta de que a Polícia Civil e a Polícia Militar de Santa Catarina estão tratando do caso com a preocupação que ele merece.

Então, quero parabenizar o DEIC e toda a equipe de policiais. Esse é um grupo que foi recrutado em várias delegacias do estado. Portanto, são excelentes profissionais, capacitados, que agiram na hora correta, mas com a perspectiva de que houvesse o confronto, porque há pouco tempo, quando se dizia: "É a Polícia, você está preso", o suspeito parava, colocava as mãos para cima e não reagia. Hoje, em quase toda abordagem há reação. Então, o policial tem que estar bem preparado. E foram tomadas todas as

cauteladas para que ninguém saísse ferido. Apenas um dos marginais veio a óbito, porque realmente era uma questão de sobrevivência: ou ele ou os policiais.

Portanto, parablenizo toda a Polícia Civil, o delegado Cláudio Monteiro, do DEIC, e toda a equipe que conduziu esse trabalho. Esse é um aviso, porque os marginais agem onde há maior facilidade. Em Santa Catarina não há facilidade, e essas quadrilhas serão derrubadas, assim como foi uma agora no início da semana, no oeste, quando também houve confronto, e um marginal veio a falecer.

Então, é importante essa valorização, assim como também a valorização feita pelo governador Raimundo Colombo, encaminhando para esta Casa o projeto de adicional de permanência, que corrige uma distorção, e nomeando os novos 512 policiais civis para o estado. E sabemos que logo haverá mais um grande concurso.

Assim, parablenizo o governo do estado, o secretário da Segurança Pública, César Augusto Grubba, o comando da Polícia Civil e da Polícia Militar, especialmente todos os militares e v.exa., pelo reconhecimento que a sociedade tem para com esse trabalho.

Muito obrigado pela oportunidade e parablenizo todos!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado a v.exa., deputado Maurício Eskudlark, um parlamentar que entende da área.

De fato, a vigilância deve ser constante, até porque grande parte dessas quadrilhas são "importadas", entre aspas, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e, principalmente, do Paraná, e as investigações precisam prosseguir para o bem e a paz da sociedade catarinense.

Quero também, srs. deputados, ratificar as minhas congratulações aos novos secretários que estarão assumindo nas próximas horas: o nosso ex-deputado Ênio Branco, que assume a área de comunicação do governo, o Paulo César Costa, o Costinha, de Lages, que assume a SC Parcerias, empresa da qual já tive a oportunidade de

participar como conselheiro nessa instituição que pode contribuir, e muito, com projetos para o avanço econômico e social de Santa Catarina, o nosso ex-deputado e amigo José Natal, do PSDB, que assume a secretaria de Turismo, Cultura e Esporte. E parabênzo o deputado César Souza Júnior pelo trabalho que tem feito à frente dessa secretaria que agora estará também em boas mãos com o ex-deputado José Natal. E desejamos sucesso na sua caminhada.

É um orgulho principalmente para nós, deputada Ana Paula Lima, que somos do vale do Itajaí, receber no comando da secretaria da Educação o colega Eduardo Deschamps, que já foi reitor da Furb. Inclusive, tive oportunidade de trabalhar como voluntário no Conselho de Educação da Furb na época em que ele era reitor. E, pela sua capacidade administrativa, pela sua riqueza de ideias, pela sua autoridade no assunto de educação, certamente fará um belíssimo trabalho junto à secretaria da Educação. E ganha Blumenau, ganha o vale do Itajaí e ganha Santa Catarina, com a ascensão do colega Eduardo Deschamps na secretaria da Educação, certamente um dos principais eixos de qualquer administração pública.

Desejamos sucesso a Eduardo Deschamps!

Para concluir, sr. presidente e srs. deputados, eu gostaria de tecer uma rápida reflexão sobre o Carnaval.

Todos sabem dos meus princípios e essa não é o tipo de festa da qual participo. Eu sei do quinhão do cultural que o Carnaval tem, sei da perspectiva histórica em cidades, e não somente aqui na capital, mas em Joaçaba, Laguna e em tantas outras cidades onde ocorre o famoso Carnaval de rua. Mas eu gostaria de tecer uma reflexão com base no artigo que li, hoje, da sra. Maria Helena Vilela, educadora sexual e diretora do Instituto Kaplan, naturalmente fazendo toda uma defesa da questão dos preservativos, da preocupação com o HIV, enfim, buscando preservar a saúde pública no estado de Santa Catarina.

Falando sobre a infecção do vírus HIV no Carnaval, alertando sobre essas questões, a articulista catarinense Maria Helena Vilela deixou dois conselhos que quero compartilhar com os nossos telespectadores, com os ouvintes da Rádio Alesc Digital, com os srs. deputados, enfim, com a população brasileira. São dois conselhos modestos que estamos talvez cansados de ouvir, mas que, numa época como essa, em prenúncio de mais uma festa de Carnaval, é sempre bom lembrar.

O primeiro conselho da educadora sexual Maria Helena Vilela, que eu me permito traduzir e parafrasear nesta manhã, é o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]Nunca delegue o cuidado com o seu corpo. O corpo só tem um dono, e este dono é você. Quando você delega, o outro pode não priorizar os seus interesses, e principalmente sua saúde.[...]"

O segundo conselho da articulista Maria Helena Vilela, que está num jornal de circulação, hoje, no estado de Santa Catarina, nesta manhã - e eu achei belíssima a sua colocação, forte e necessária para a nossa consciência e, principalmente, para os foliões em época de Carnaval -, é o seguinte:

(Continua lendo.)

"Sexo é uma brincadeira de verdade. Quando a gente se machuca, a cicatriz fica para sempre."

Eu concluo a minha rápida intervenção nesta manhã repetindo, mais uma vez, as palavras de Maria Helena Vilela:

(Continua lendo.)

"Sexo é uma brincadeira de verdade. Quando a gente se machuca, a cicatriz fica para sempre." [sic]

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jean Kuhlmann.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, nesta bela manhã de quinta-feira, na ilha de Santa Catarina, a cidade mais bonita do Brasil, quero aproveitar a oportunidade, com a presença do deputado Neodi Saretta, para dizer a v.exa. que, ontem, tive a oportunidade de requerer nesta Casa uma audiência pública para tratar de alguns problemas sérios que a nossa bela Lagoa da Conceição enfrenta.

V.Exa. muito bem dirige a comissão de Turismo, e esperamos, quem sabe após o Carnaval, no final do mês de fevereiro ou início de março, que possamos realizar na Assembleia Legislativa, juntamente com a comunidade da Lagoa, a sociedade civil, o Conselho Comunitário da Lagoa da Conceição e com as entidades governamentais: Fatma, Casan, prefeitura, Ministério Público, essa audiência pública em que haveremos de fazer uma radiografia dessas dificuldades da lagoa e também trazer as soluções para esses graves problemas.

Então, depois, pessoalmente, conversarei com v.exa. para agendarmos, em comum acordo, a data da realização dessa audiência pública.

Mas, sr. presidente, quero fazer um registro, nesta manhã, sobre a escolha do ex-deputado José Natal para ser secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis.

José Natal, que foi por muitos anos vereador de São José, teve uma passagem rápida por esta Casa, mas deixou aqui a sua marca, a sua atuação, a sua veemência e as suas posições firmes, defendendo os seus ideais, as suas propostas. Tenho certeza de que o deputado José Natal - e já notamos aqui, pela sua presença, durante o tempo que aqui permaneceu, que é um homem inteligente, um homem sábio, que sabe que a natureza soube, com inteligência, dar-nos duas orelhas e uma boca, sr. presidente, que é para escutarmos mais do que falar - irá, ouvindo os segmentos na área de turismo e de cultura, o setor hoteleiro, os restaurantes, a área esportiva, fazer um grande trabalho nessa secretaria fundamental para Santa Catarina, um estado que, hoje, é escolhido por

quase todos os brasileiros que querem fazer turismo no Brasil.

Quero cumprimentar, também, sr. presidente, principalmente a bancada do PSDB, pela sábia decisão de colocar como secretário, numa das secretarias que considero uma das mais importantes do governo do estado, o ex-vereador e ex-deputado José Natal.

Acho que foi uma escolha importante, porque foi uma maneira de valorizar um suplente que deu a sua contribuição para o PSDB e para a coligação que elegeu o governador Raimundo Colombo. Apesar de eu haver escutado que José Natal não é do ramo, posso dizer que ele é de muitos ramos. E tenho certeza de que ele terá sabedoria e sensibilidade para ouvir o segmento e será um ótimo gestor na pasta da Cultura, Esporte e Turismo. Por isso, cumprimento-o e, da mesma forma, o seu partido que, em vez de buscar longe, fora do contexto partidário um cidadão, foi buscar dentro do seu partido um ex-deputado que deu a sua contribuição para que o Raimundo Colombo pudesse assumir o governo do estado.

Sr. presidente, todos sabem que tenho as minhas diferenças não de ordem pessoal, mas de ordem política, com o prefeito Dário Berguer, e por várias vezes nesta Casa já tive a oportunidade de sugerir três candidatos a prefeito, que são secretários municipais: o secretário Rodolfo Pinto da Luz, ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, um homem conhecidíssimo na cidade, que fez uma bela gestão no setor acadêmico, vereador mais bem votado desta cidade, que não assumiu porque o seu partido, naquela oportunidade, o PL, não teve legenda para eleger um vereador, que faz um grande trabalho na secretaria da Educação do município de Florianópolis; o secretário Vinicius Lummertz, ex-presidente do Sebrae, secretário de Relações Internacionais do governo Pedro Ivo, que faz uma nova organização, agora, no Carnaval de Florianópolis; e também o atual presidente do IpuF, todos secretários da atual administração municipal. E por mais diferenças de ordem política que eu tenha com o prefeito Dário Berger,

reconheço que nessas três áreas, e também em outras, ele vem fazendo um bom trabalho.

Faço isso porque creio que o PMDB tem candidatos com potencialidade para crescer nas pesquisas e, principalmente, para administrar Florianópolis.

Sr. presidente, não tenho nenhuma pretensão de ser secretário municipal, mesmo porque tenho outros projetos políticos, quem sabe até, em função desse quadro todo, poderei repensar a possibilidade de voltar a disputar a eleição da capital dos catarinenses. Essa é uma possibilidade muito remota, mas não deixa também de estar colocada na roda das pretensões.

Sr. presidente, quero aqui mandar um abraço a todos e desejar um bom fim de semana, apesar de hoje ser quinta-feira, mas daqui a pouco todos os deputados irão às suas bases eleitorais.

Quero também, novamente, mandar o meu abraço ao companheiro José Natal, que não é do meu partido, mas tenho uma admiração muito grande por ele. Já o conhecia quando vereador de São José, mas fui conhecê-lo mais profundamente nesta Casa, tendo em vista a sua atuação, o seu brilhantismo, os seus argumentos quando defendia os seus projetos e, principalmente, por suas posições, às vezes antagônicas, mas firmes e coerentes com aquilo que pensa, defendendo o seu partido, o PSDB, o Fernando Henrique Cardoso. Trata-se de um homem que tem uma posição definida, que sabe ouvir. E tenho certeza que será um bom gestor para a secretaria de Esporte, Cultura e Turismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Dirce Heiderscheidt, todos que acompanham esta sessão, gostaria de

iniciar a minha fala dizendo que estivemos, na semana passada, em Brasília, onde participamos de uma audiência, dentre outros compromissos, na secretaria Nacional da Defesa Civil, para tratar da grave estiagem que está atingindo Santa Catarina, especialmente os municípios do oeste do estado.

Nesta semana, mais alguns municípios decretaram estado de emergência, a exemplo de Concórdia, de Ipira, além, obviamente, daqueles que já o tinham decretado. Temos, praticamente, 100 municípios em estado de emergência, em função da estiagem, e alguns casos como Seara, com estado de calamidade pública decretada. É uma preocupação muito grande, porque dos últimos dez anos, cerca de seis ou sete anos tivemos estiagem em Santa Catarina.

As discussões que tivemos em Brasília, e continuamos tendo, é no sentido do auxílio imediato, sim, a esses municípios em função da estiagem, mas de ações e perspectivas para o futuro, para enfrentar outras estiagens que certamente virão.

Nesse sentido, o governo federal criou uma comissão, um grupo de trabalho interministerial, que irá fazer um levantamento de ações que poderão ser executadas a médio prazo, ações que chamamos de estruturantes, para garantir um melhor atendimento quando ocorrer uma estiagem como essa. Trata-se de ações no sentido de armazenamento de água, enfim, de medidas que possam pensar numa perspectiva futura.

Após o Carnaval, está decidido que esse grupo de trabalho interministerial, e isso ficou acertado, virá a Santa Catarina para fazer esses levantamentos e propor medidas que sejam, obviamente, colocadas em prática.

Agora, enquanto essas ações estruturantes não forem desenvolvidas, até porque essas medidas visam à prevenção, precisamos pensar no atendimento imediato aos municípios que estão em estado de emergência. É necessário que mais ações sejam desenvolvidas. O governo federal disponibilizou R\$ 21 milhões para esse

atendimento, e temos a expectativa também das ações do governo do estado para que possamos, efetivamente, contribuir mais auxiliando os municípios que precisam desse atendimento. Há municípios que precisam com urgência de recursos para o fornecimento de água para as pessoas, mas há também o problema da questão do abastecimento dos animais, os alojados em aviários. Tivemos uma redução muito grande da produção de leite em função das pastagens, e há uma série de questões que precisam ser vistas e auxiliadas.

Há uma preocupação da comunidade regional, especialmente dos municípios do oeste de Santa Catarina, no sentido de receberem algum atendimento. Por isso, fizemos o registro desses encontros em Brasília, neste momento importante, principalmente em relação a esse grupo de trabalho que vem ao nosso estado para pensar em ações estruturantes de prevenção, mas a nossa preocupação, realmente, é com o momento, porque não para de aumentar o número de municípios que estão decretando estado de emergência.

Sr. presidente, srs. deputados, queríamos também aproveitar este horário para tecer comentários sobre um assunto que tem sido, por diversas vezes, debatido na tribuna da Assembleia Legislativa e que diz respeito à atuação dos bombeiros voluntários do estado de Santa Catarina.

Há municípios que por muitos e muitos anos estão sendo servidos pelos bombeiros voluntários, e podemos citar a maior cidade de Santa Catarina, Joinville, que foi construída e edificada com os bombeiros voluntários fazendo essa parte da prevenção e da segurança. Poderia citar, ainda, outros municípios como Concórdia, onde há mais de 30 anos os bombeiros voluntários atuam. Temos bombeiros voluntários em Caçador, em Seara, enfim, poderíamos citar aqui dezenas de cidades onde os bombeiros militar e voluntário atuam.

No entanto, nos últimos tempos há um verdadeiro ataque contra essas corporações, contra o voluntariado, no sentido de que elas estariam impedidas de fazer uma série de ações. No dia de ontem, inclusive, houve mais um despacho de uma

sentença do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina considerando determinados artigos de uma lei municipal inconstitucional, o que dificulta mais ainda a atuação dos bombeiros voluntários.

Temos propostas de emendas constitucionais tramitando nesta Casa para resolver isso, mas ontem, deputado Moacir Sopelsa, a Mesa Diretora subscreveu uma proposta de emenda constitucional e protocolizou, fruto de discussões entre diversos deputados e membros do governo, embora houvesse uma expectativa de que o próprio governo apresentasse essa proposta que cria também uma perspectiva de solução, juntamente com as demais propostas que aqui tramitam, sobre a atuação dos bombeiros voluntários no nosso estado.

Por isso, temos uma expectativa, deputado Elizeu Mattos, v.exa. que é o líder do governo, que possamos votar essa emenda constitucional, já que ela é fruto de uma ampla conversação entre os deputados desta Casa, assinada por todos os membros da Mesa Diretora e que tem causado uma preocupação em Santa Catarina. Para se ter uma ideia, srs. deputados, apenas na cidade de Concórdia, em poucos dias, já são mais de 15 mil assinaturas da comunidade, que fez um abaixo-assinado para que sejam aprovadas algumas dessas emendas constitucionais que regularizam essa situação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço o deputado Elizeu Mattos, que está postado no microfone de aparte para falar sobre esse assunto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Neodi Saretta, já que v.exa. citou o meu nome como líder do governo, gostaria de dizer que já dei uma olhada na proposta de emenda à Constituição, pois sei que essa é uma preocupação de v.exa. e do deputado Moacir Sopelsa, já que na cidade de Concórdia há bombeiros voluntários há muitos anos.

Eu acho que, em relação a essa emenda, teremos que fazer outro debate, porque tenho minhas dúvidas sobre essa questão. Não tenho dúvidas sobre a questão do bombeiro voluntário de

Concórdia, mas tenho dúvidas de como vamos agir sobre a questão de outros bombeiros. Daqui a pouco vão ser criados bombeiros voluntários a torto e a direito em todas as cidades, com autonomia de emitir alvará para um prédio, para outro prédio. E quem vai ficar com essa responsabilidade? Isso me preocupa um pouco.

Acho que o debate é importante; a emenda terá que ser debatida. E até já conversei com o deputado Moacir Sopelsa que também está preocupado com a questão do bombeiro voluntário de Concórdia, que, realmente, não é a nossa dúvida. Agora, sobre essa emenda teremos que fazer outro debate nesta Casa. Vou consultar a nossa assessoria, porque há uma preocupação não com o bombeiro voluntário de Concórdia, mas com outros que possam daqui a pouco aproveitar-se da lei para driblá-la e agir com malandragem. É disso que temos medo.

Achoque a proposta é pertinente, mas teremos um amplo debate a fazer nesta Casa. Compreendo a preocupação tanto do deputado Neodi Saretta quanto do deputado Moacir Sopelsa. Eu tinha as minhas dúvidas, e o deputado Moacir Sopelsa veio conversar comigo.

Mas teremos amplo debate sobre esse assunto, e acho que essa emenda não vai ser votada no atropelo. Será muito difícil deliberarmos, porque precisamos de um debate, até para regularizar essa questão para o futuro.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, deputado Elizeu Mattos, mas acredito que v.exa. foi extremamente infeliz em parte da sua colocação ao dizer que se vai criar bombeiro voluntário a torto e a direito.

Tomara que se criem bombeiros voluntários a torto e a direito. Quem é que fez a prevenção em Joinville, a maior cidade de Santa Catarina? Foram os bombeiros voluntários. Há países em que apenas atuam os bombeiros voluntários. Ainda bem que tem o voluntariado!

Então, essa situação preocupa-me realmente, porque há forças que não apóiam a atuação dos bombeiros voluntários, e não é somente em Concórdia, é no voluntariado como um todo, porque

ele não é diferente em Concórdia, em Joinville ou em outras cidades.

O voluntariado, deputado Elizeu Mattos, é importante, e às vezes fala-se de voluntário como nessa área trabalhassem pessoas despreparadas. Isso não é verdade! Há pessoas extremamente bem preparadas, há técnicos, engenheiros, caso contrário essa categoria não teria sobrevivido todos esses anos em Joinville. Concórdia não teria tido essa prevenção que sempre teve, assim como Caçador e outras cidades.

Sr. presidente e srs. deputados, estamos na expectativa de podermos, inclusive, mudar esses...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, ouvindo a manifestação dos deputados Neodi Saretta e Elizeu Mattos a respeito dessa PEC dos bombeiros voluntários, gostaria de dizer que penso como o deputado Elizeu Mattos. Acredito que devemos aprofundar o debate, porque é evidente que há determinados municípios, como Concórdia, Joinville, entre outros, com uma estrutura capaz de fazer frente às demandas, mas temos que ver o estado como um todo, e não se faz isso do dia para noite. Não há como! Então, muitos municípios vão ficar sem o trabalho dos bombeiros militares, que já estão preparados e que têm o conhecimento, na grande maioria dos casos, dessas vistorias e outras avaliações.

Penso que é muito bom termos o bombeiro voluntário, mas que ainda não estamos prontos para não termos mais o bombeiro militar. Temos que ir com cautela, porque é uma emenda que está sendo proposta e que teve assinatura, mas ela foi solicitada através das assinaturas, no entanto, no

campo do debate. Por enquanto ninguém votou a PEC nem a favor nem contra.

O importante é que tenhamos a oportunidade de debater ouvindo as duas partes, e cada uma, obviamente, vai fazer a sua defesa. Temos que ter a capacidade de saber tomar a decisão quando chegar a hora, o momento de fazer, de concluir os debates. Portanto, quero colocar a minha preocupação, quero dizer que temos que ter cautela, porque atabalhoadamente poderemos, como já aconteceu nesta Casa, criar uma situação em que muitos municípios não vão conseguir implementar bombeiros voluntários. Aqueles municípios que têm estrutura, que já dispõem desse serviço há alguns anos, e não são poucos municípios, certamente, terão mais condições. Por outro lado, aqueles que não têm muitas estruturas vão depender do bombeiro militar e se não for prestado esse serviço não terão assistência.

Respeito a opinião de cada deputado, mas repito que teremos que debater muito esse assunto e não podemos nos precipitar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Silvio Dreveck, na mesma linha, eu acho que não fui bem entendido, mas cabe um grande debate sobre essa questão.

Aqui ninguém é contra o voluntariado, de maneira alguma, mas precisamos criar regras, critérios, responsabilidades. Lá na frente, se um edifício cair, quem será o responsável, se o bombeiro voluntário não existir mais? Quem se responsabilizará por aquele alvará que foi dado há 20 anos, 30 anos?

Não somos, de maneira alguma, contra o voluntariado, mas acho que, no bom debate, vamos encontrar um caminho para regularizar a situação daqueles que já estão estabelecidos e também para evitar que se venha a ter no futuro a malandragem, porque isso não queremos. E sei da responsabilidade que tem essa corporação, tanto a de Joinville, como a de Concórdia. Por isso, há

necessidade de um debate profundo. Isso não pode ser votado no atropelo, mas conversando com o bombeiro militar e com o bombeiro voluntário.

Lá em Anita Garibaldi há dois bombeiros voluntários, e os demais são comunitários, que têm o apoio e a formação militar. Até cito isso como exemplo.

Acho que precisamos encontrar um caminho. Que seja feito um grande debate, nada no atropelo. E aqui quero tirar o chapéu para o bombeiro voluntário de Concórdia, que conheço. As pessoas todas falam muito bem deles. Portanto, não somos contra o voluntariado; queremos, sim, no mesmo caminho de v.exa., ampliar e fazer um grande debate, para termos aqui uma emenda boa para Santa Catarina, bem como as prevenções.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos. Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

V.Exa. tem razão. Devemos agir com cautela e debater o assunto com a razão e não com a emoção, para que essa decisão venha ser a favor da população catarinense. Em momento algum, qualquer deputado desta Casa, pelo menos que eu tenha conhecimento, posicionou-se contra o bombeiro militar ou contra o bombeiro voluntário, mas todos têm dúvidas em relação à decisão a ser tomada.

Precisamos ter a capacidade de ouvir. Já há muito tempo vem-se comentando nos bastidores que há deputados que têm um posicionamento, um conhecimento de como funciona, tanto do bombeiro voluntário como do militar, mas é preciso aprofundar o debate, sr. presidente, para aí, sim, levarmos esse assunto a uma votação mais adiante. Por enquanto há uma solicitação de PEC, assinada por deputados, mas não está tramitando. Nem houve a discussão, quanto mais a votação. Portanto, há tempo suficiente para debatermos e aprofundarmos o assunto, para depois, sim, tomarmos a decisão que for melhor neste Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Quero pedir vênia ao deputado Elizeu Mattos e ao deputado Silvio Dreveck para interceder, porque na verdade não me cabe aqui comentar, mas acho que o assunto é tão importante que os deputados vão permitir.

Não se está tirando o direito do bombeiro militar, apenas se quer dar aos municípios o direito de eles poderem firmar convênios com o bombeiro voluntário. No caso de Concórdia, o prefeito vai ter a liberdade de firmar convênio com os bombeiros voluntários ou com os bombeiros militares.

É essa mudança, deputado Elizeu Mattos, que vamos propor e que se está propondo na Constituição. Não é abrir a oportunidade para se instalar mais ou menos. Os prefeitos terão o direito. E temos Caçador como exemplo. Há 150 e poucos municípios com os bombeiros voluntários.

Então, a discussão é boa. Conhecimento nós temos que buscar; senão, vamos ter que reparar daqui a pouco uma coisa que estamos fazendo agora. Por exemplo, nos bombeiros de Concórdia, de Caçador e de outros municípios que conheço, que têm mais de 30 anos, sempre os licenciamentos são feitos por técnicos, engenheiros civis, por uma pessoa responsável. Não é apenas pelo bombeiro voluntário. Mas é oportuno discutir para que se encontre uma solução. E eu estava falando isso com o deputado Romildo Titon.

Muito obrigado pela atenção de v.exas.

Findo o horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0368/2008, 0623/2011, todos de entidade social, encaminhando relatório de atividades.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos apresentou parecer pelo arquivamento ao Ofício n. 0380/2008, de entidade social, encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0498/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0515/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0533/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0556/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0558/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0030/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0031/2012, 0032/2012, 0033/2012 de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0034/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência defere de plano os seguintes requerimentos: 0078/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0079/2012, de autoria do deputado Luciane Carminatti; 0080/2012, de autoria do

deputado Joares Ponticelli; 0081/2012, de autoria do deputado Jailson Lima.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia. Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Bom-dia, srs. parlamentares, deputada Dirce Heidrscheidt, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital.

Confesso, sr. presidente e srs. parlamentares, que o meu pronunciamento, na data de hoje, seria sobre a boa nova, deputada Dirce Heidrscheidt, da constitucionalidade da Lei Maria da Penha, que foi votada na semana passada e que nós homens e mulheres deste país há muito tempo esperávamos, porque já estava promulgada há seis anos. Nós esperávamos a decisão do Superior Tribunal Federal. Mas este pronunciamento irei fazer na semana que vem.

Na manhã desta quinta-feira, assomo a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos aos srs. parlamentares, ao público catarinense, principalmente às pessoas que moram na cidade de Blumenau, cidade à qual tenho orgulho de pertencer, que isso fique bem claro.

O meu pronunciamento ontem foi da boa nova relativa às unidades habitacionais que serão entregues no dia de amanhã, no Programa Minha Casa, Minha Vida, um programa do governo federal. E somente em Blumenau foram construídas 1.824 unidades, que amanhã serão entregues no bairro Tribess, principalmente para as pessoas que foram acometidas pela catástrofe de 2008 e para as pessoas que moram ou moravam em áreas de risco.

Quero dizer, srs. parlamentares, que neste programa habitacional do governo federal os terrenos foram comprados com o dinheiro doado pelo povo brasileiro, que foi depositado na conta da Defesa Civil estadual. Esses recursos foram destinados para Blumenau, para a compra dos terrenos.

Então, a prefeitura de Blumenau não comprou nenhum terreno. Ela utilizou o dinheiro do povo brasileiro para a compra desses terrenos e está em débito ainda com a nossa cidade, porque, como ouvi de um deputado que me antecedeu, deputado Ismael dos Santos, quatro dos terrenos comprados com dinheiro do povo brasileiro são terrenos irregulares, e a questão está no Ministério Público Federal.

Deputado Ismael dos Santos, acho que v.exa. tem conhecimento sobre a massa falida da Sul Fabril. Foram comprados terrenos em áreas verdes onde não se pode construir empreendimentos, quer dizer, utilizaram inclusive mal o dinheiro que o povo brasileiro depositou para a compra de terrenos.

Ontem, fiz questão de falar que a prefeitura está atrasada, não encaminhou ainda para a Caixa os novos projetos. Precisa ficar claro para as pessoas que a prefeitura comprou terreno de forma irregular.

Fiquei muito feliz em ouvir o meu colega dizer que vai acontecer isso num prazo mais rápido possível, mas esse dinheiro foi depositado em 2008. Levaram muito tempo para fazer uma escritura de terreno.

Esta Casa aprovou a doação de um terreno na ordem de 19.000m<sup>2</sup>, no bairro Salto do Norte, e faz três anos que está à disposição da prefeitura de Blumenau para a construção de unidades habitacionais. Mas até agora não tem nenhum projeto para este terreno no Salto Norte.

Levar três anos para fazer uma escritura! Isso é não entender que o povo necessita de casa, que o povo quer segurança para abrigar a sua família.

Outro tema que me traz aqui, srs. parlamentares, é uma matéria que vou ler. É preciso que se cumpra pelo menos o que se menciona para as pessoas, e principalmente, deputado Ismael dos Santos, nos meios de comunicação, porque fica registrado.

Se me permitirem, vou ler a matéria publicada na edição 61, no dia 25 de abril de 2007.

(Passa a ler.)

"Dique da Fortaleza tem uma nova data

Obra receberá recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e 20% de contrapartida.

A novela do dique do bairro Fortaleza parece estar próxima do desfecho. Depois de anunciar por duas vezes um convênio entre o município e o governo do Estado para a finalização das obras do sistema de contenção de cheias, também conhecido como PI-5, o secretário estadual do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Jean Kuhlmann (DEM), confirma para a primeira quinzena do próximo mês a assinatura do acordo.

Segundo o secretário, no decorrer da última semana o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) deu o aval efetivo à parceria e agendou para após o retorno de sua viagem aos Estados Unidos a solenidade de assinatura do convênio.

O acordo prevê um montante aproximado de R\$ 2,5 milhões, dos quais 80% serão viabilizados pelo governo do estado, através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Os 20% restantes ficarão por conta do município, como contrapartida.

Além do cronograma de obras previsto pelo município, entregue pelo prefeito João Paulo Kleinübing (DEM) ao companheiro de partido no fim de fevereiro, o convênio deve contemplar outras duas obras: a construção de uma ponte na rua Theodoro Passold e de uma nova comporta nas proximidades da Teka. Juntas, as construções vão somar algo em torno de R\$ 600 mil. Segundo o diretor de obras do município, Evandro Schüller, elas farão uma diferença significativa no sistema anticheias da região.

Kuhlmann sempre colocou, entre suas metas na secretaria, resolver os problemas das cheias em Blumenau e nos municípios do médio vale. Com a confirmação do convênio, o democrata mostra que começa a valer a troca da sua cadeira, na Assembleia Legislativa, pela pasta no governo de Luiz Henrique da Silveira. Diz ele: 'Não fiz uma troca pura e simples. Aceitei o convite do governador com a certeza de que poderia contribuir mais com Blumenau.' "

A matéria que acabei de ler, povo de Blumenau, data do dia 25 de abril de 2007, quer dizer, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, são seis anos, sr. deputado Jean Kuhlmann, desde que v.exa. era secretário na pasta da secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico e Sustentável. Após a data 25 de abril de 2007, na semana seguinte, seria feita a assinatura depois que o governador voltasse dos Estados Unidos, mas até agora não houve assinatura.

Outra matéria, anterior, do dia 02 de abril de 2007, diz: "Promessa de Jean Kuhlmann - Dique do Fortaleza Permanece no Papel."

Então, deputado Jean Kuhlmann, não é nenhuma crítica. Mas ouvi v.exa. falar aqui novamente sobre isso, e espero que essa promessa seja cumprida, porque as pessoas do bairro Fortaleza e da nossa cidade merecem respeito. Estamos esperando a assinatura desse convênio há muito tempo, principalmente os comerciantes daquela região, que sofrem muito.

Assim sendo, quando v.exa. falou que, no próximo dia 23, o governador irá assinar o convenio, espero que seja verdade, porque o antigo governador viajou para os Estados Unidos, foi para o Japão e voltou, foi para a Rússia e voltou, e faz seis anos. Então, quando se fala alguma coisa, é importante cumprir, porque as pessoas confiam, e isso precisa ser concluído.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não.

O Sr. Deputado Jean kuhlmann - Deputada Ana Paula, quero dizer que o governador Luiz Henrique cumpriu com a sua palavra e, realmente, o recurso, na época, foi liberado para o dique do PI-5, assim como foi também liberado o recurso para a Furb, no sistema de telemetria que ela aplicou. E ainda se continua utilizando esse mesmo convênio na questão do sistema de telemetria, prova disso são as palavras da própria Anatel.

Com relação à questão do PI-5, a prefeitura fez o processo licitatório, houve empresas que não participaram e depois o dinheiro teve que ser

devolvido por causa da catástrofe, deputada Ana Paula Lima. O dinheiro acabou tendo que ser devolvido para o estado. Veio para o município e, todos sabem disso, voltou para o estado. E o governador Raimundo Colombo assumiu o compromisso de, no próximo dia 23, assinar a descentralização do dinheiro para a SDR, agora com aqueles equipamentos e mais o que foi roubado. Ou seja, no total são R\$ 2,5 milhões do governo do estado e mais R\$ 1 milhão aproximadamente da prefeitura, para garantir a contrapartida.

E aí espero realmente, assim como v.exa. também espera, que agora seja cumprido o processo licitatório e que esse dinheiro não seja mais devolvido para o estado, que uma empresa se habilite e execute essa obra.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. deputado Jean Kuhlmann, são seis anos. O dinheiro vem, o dinheiro vai, e os moradores do bairro Fortaleza estão esperando.

A outra questão que espero que v.exa. resolva, que é do seu partido, é relativa aos terrenos que compraram irregulares na Silvano Cândido da Silva, no Progresso, que foram terrenos de massa falida e de área verde, e o prefeito não tem conhecimento, não pode construir nada.

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito em Explicação Pessoal é o grande deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, caros colegas deputados, sra. deputada, quem nos acompanha pela TVAL e pela rádio aqui nesta manhã de quinta-feira, prudentemente, mas sem nenhum plano, deixei a minha fala mais para o final da sessão de hoje, e foi bom até para podermos fazer o debate dessa questão do bombeiro voluntário.

Vejo que aqueles que são contrários à posição que defendo nesta Casa, infelizmente não me ouvirão, pelo menos neste momento, mas talvez no gabinete poderão ouvir.

Preciso deixar bem claro que algumas coisas precisam ser desmistificadas. Falou-se aqui em defesa do voluntariado. Evidentemente que não temos absolutamente nada contra o voluntariado em nenhuma cidade do estado de Santa Catarina, em nenhuma parte do país e em nenhuma parte do mundo. Agora, é preciso esclarecer que existem vários tipos de voluntários no serviço similar a bombeiros em nosso estado e que parte daquilo que se está chamando de voluntariado aqui não tem nada de voluntário. É somente o nome usado de forma inapropriada, porque são empresas privadas. Existe um grupo privado que monta, que se chama de bombeiro voluntário, que contrata pela CLT, que paga salário. Isso é voluntário?

Conheço muitos bombeiros voluntários do estado de Santa Catarina que trabalham junto aos quartéis do Corpo de Bombeiro Militar. O cidadão, a cidadã que trabalha no comércio, que trabalha na indústria, que trabalha no serviço público faz um curso com os bombeiros militares e no final de semana, num feriado, um dia à noite, algumas horas, vai cumprir algum horário de serviço nos quartéis de bombeiro militar e não recebe nenhum centavo. Aliás, na maior parte das vezes, senão em todas, paga o uniforme que vai usar. Isso é voluntário.

Existem os bombeiros comunitários municipais que também trabalham junto com os bombeiros militares, os quais são contratados pela prefeitura. Por exemplo, quer-se abrir um quartel de bombeiro na cidade "x", o bombeiro militar tem apenas dois efetivos para mandar para aquela cidade, o município contrata mais quatro, cinco ou seis e abre um quartel de bombeiro militar com oito, dez trabalhadores. Fazem um curso antes e são contratados pela prefeitura, recebem um salário pequeno, infelizmente, mas recebem um salário. Agora, essas empresas privadas que estão tomando para si a bonita palavra voluntariado têm apenas parte delas ou apenas alguns daqueles que trabalham nessas empresas que são voluntários, os outros são profissionais; eles fazem uma seleção e são contratados pela CLT.

Então, precisamos desmitificar isso, porque ninguém quer combater e não vai combater o cidadão que quer no seu dia de folga, no seu horário de descanso, inclusive, para dar um pouco de trabalho à sua ociosidade, aqueles que não precisam trabalhar, ajudar os bombeiros e ajudar a sociedade a defender vidas.

Quero dizer também que não temos absolutamente nada contra esses grupos privados que contratam pela CLT profissionais para trabalhar no cotidiano e cumprir uma escala, uma jornada de trabalho ordinária, conforme a legislação brasileira. Portanto, não são voluntários. Não temos nada contra eles. Aliás, ajudamos e temos ajudado nesta Casa a defender, deputado Jailson Lima, deputado Volnei Morastoni, mais recursos, inclusive públicos, para que esses grupos privados possam ter uma estrutura mais adequada para atender melhor à sociedade.

Achamos que eles precisam ter condições, mais estrutura, melhores condições para atender melhor à sociedade, para ajudar a combater incêndio, para ajudar o bombeiro militar a salvar vidas ou para salvar sozinho fazendo os primeiros socorros de urgência, desde que habilitados e conveniados na forma da lei, conforme o ministério da Saúde.

Trabalho de Defesa Civil, que é tão necessário em cada município, eles também fazem e podem fazer, os quais merecem o nosso aplauso por isso. Temos apoiado aqui, inclusive, repito, a destinação de recursos públicos para que possam fazer melhoras. Mas a sociedade, os poderes públicos têm que entender que são grupos privados. A parte constante dos seus servidores, dos seus trabalhadores, não é de voluntários, é de profissionais contratados na forma da legislação brasileira que cumpre uma jornada de trabalho. Aliás, em Joinville esses trabalhadores têm até um sindicato.

Alguém aqui viu voluntário ter um sindicato? São tão profissionais que os trabalhadores do Corpo de Bombeiros têm sindicato na cidade de Joinville. Eles são chamados de voluntários, mas não são, são profissionais privados. Aliás, o

sindicato, pelo menos alguns anos atrás, conversei com então presidente, que não sei se ainda continua, defendia exatamente aquilo que vou e estou defendendo nesta tribuna aqui.

O presidente do sindicato dos profissionais do mal chamado Corpo de Bombeiro Voluntário de Joinville faz um excelente trabalho e merece o nosso aplauso, mas esse Corpo de Bombeiros não é voluntário, é profissional. Recebe recursos públicos, inclusive, para pagar salário dos seus trabalhadores e tem isenção de impostos para pagar salários dos seus servidores. Os seus servidores são sindicalizados.

Então, é preciso colocar, primeiramente, os termos na ordem do dia, colocar em dias os termos e explicar as palavras para que não sejam distorcidas.

A posição que defendemos aqui é contra a possibilidade de que esses grupos privados possam exercer a função de fiscalização e concessão de um licenciamento para a construção, porque isso é função típica de estado aqui e em qualquer parte do país e mexer nisso é afrontar a Constituição da República.

Então, não há solução para a cidade de Concórdia e para outras cidades que têm bombeiro militar que faziam, que fazem ou que querem vir a fazer fiscalização. Há solução, sim, senhores!

Eu gostaria muito que todos os deputados que pensam diferente estivessem ouvindo o que estou falando.

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, pela Constituição Federal, tem o poder exclusivo de fiscalização e de concessão de licenciamento; portanto, a Assembleia não pode afrontar a Constituição Federal mudando a Constituição Estadual no sentido contrário àquela que é maior. O Corpo de Bombeiros Militar se propõe e tem procurado os bombeiros voluntários, tem procurado os municípios que fazem esse debate, para estabelecer um convênio com o município, para que os recursos oriundos das taxas de fiscalização e de licenciamento sejam repassados para o município em 50% ou mais.

O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina tem também convênio com vários municípios. Vou citar apenas alguns: Pomerode, Indaial, Ilhota, São Francisco, Jaguaruna e Presidente Getúlio têm convênio em vigor, neste momento, e para alguns deles todos os recursos das taxas oriundas da fiscalização e do licenciamento estão indo para o município que inclusive pode investi-los no fortalecimento do seu bombeiro voluntário ou comunitário, porque, como disse, parte não é de voluntários, é profissional.

Essa proposta está em vigor por parte do bombeiro militar do estado de Santa Catarina. Não sei por que o fantasma, não sei por que o medo.

O poder de fiscalização, de concessão de licença é função típica do estado. O bombeiro não pode transferir isso para a entidade privada. E não é por ser militar, porque a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal não são militares. A Polícia Civil não é militar. O nome já diz, é civil. Agora, ninguém vê nenhum grupo privado indo para cima das rodovias assumir função de fiscalização, de sanção e de licença na área dessas instituições.

É isso que pensamos, é isso que queremos debater e vamos debater...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ouvi atentamente o discurso do colega, deputado Sargento Amauri Soares.

Ontem recebemos, inclusive, a visita do coronel José Luiz Masnik, comandante do Corpo de Bombeiros, e quero dizer a ele que sabemos da preocupação em prestar o melhor serviço para o estado de Santa Catarina. Como disse o deputado, temos brilhantes serviços prestados pelo bombeiro

comunitário, mas teremos nesse debate, nessa discussão desse projeto, que buscar uma forma de conciliação, até estendendo a atividade do bombeiro militar para mais municípios do nosso estado.

É claro que não há efetivo e que precisamos do apoio da comunidade. Temos bombeiros comunitários, inclusive em muitos municípios o bombeiro comunitário presta um dia de trabalho para o plantão, recebendo o treinamento para o atendimento de pessoas.

Mas tenho certeza de que nas comissões haverá de se agir com muita prudência, muita preocupação, para que haja conciliação no estado, não ferindo a Constituição, buscando a melhor maneira para se encontrar uma solução.

O registro principal que quero fazer no dia de hoje, que já foi falado, é da atuação da DEIC, da Polícia Civil do estado de Santa Catarina no combate aos arrombamentos, a explosões de caixas eletrônicos. Nós verificamos, pela prisão dessa quadrilha no dia de ontem, que são elementos de alta periculosidade. Felizmente, apesar de algumas ações audaciosas ou cinematográficas, como define a mídia, com número grande de marginais envolvidos, como foi o caso em São João Batista e em outros locais do estado, até agora não foram encontradas vítimas. Mas caminha para um lado perigoso, caminhava, porque graças à determinação da secretaria da Segurança Pública, do secretário César Augusto Grubba, do governador do estado, da Polícia Militar e da Polícia Civil, a DEIC montou equipes especiais para fazer esse tipo de monitoramento, esse tipo de combate. Não sei se vai acabar, mas que a atuação será rigorosa e competente, como tem sido, será.

Há uns 15 dias conversava com a equipe de policiais que foi designada para essa área, uma equipe que foi formada por policiais de várias delegacias, sob a coordenação da DEIC, do delegado Cláudio Monteiro, e ela já vinha acompanhando a ação desses marginais nos municípios onde estavam instalados, levantando nomes para poder fazer a prisão. Não adianta cercar uma casa e não pegar

ninguém, pegar um laranja, pois assim se perderá a informação e a investigação. Muitas vezes a Polícia tem que agir com prudência, e isso ocorre no tráfico de drogas. Muitas vezes fica monitorando, acompanhando os passos, sabendo da movimentação, de como estão agindo, até que sejam identificados os cabeças, porque não adianta pegar um ou outro.

Então, foi um trabalho brilhante, em que foi tomado todo o cuidado, ocorrendo a prisão dos marginais, sendo que um foi morto. Como já disse, o perfil dos marginais, hoje, no Brasil mudou, como também em nosso estado. Não é somente o policial chegar e dizer que é Polícia para o marginal levantar os braços e se entregar. Atualmente, ocorre reação, pois mudou muito o perfil do criminoso. Então, parabênizo a Polícia Civil por esse trabalho.

Hoje, ao ligar o rádio, ouvi o Tanaka falar, meu amigo, apresentador da Rádio Itapema, como também a comunidade, sobre segurança.

Ontem à noite, participei da reunião da Câmara de Vereadores de Major Gercino, e o tema foi segurança. A população está preocupada, pois há somente quatro policiais no município, e os vereadores e a população estão querendo saber as causas dessa situação. As causas são históricas, como a falta de investimentos. Alguns anos atrás se dizia que construir delegacia, construir presídios não dava voto. E como se governava em razão do voto, não se fazia muitas vezes o que era necessário, porque aquele tipo de ação não dava voto.

Tem que se governar pensando com seriedade, é o caso, hoje, da necessidade de se investir em presídio. E existe prefeito que somente batendo no peito e dizendo que não aceita presídio no seu município acha que está agradando.

Então, o cidadão, a comunidade tem que exigir segurança. De acordo com a lei de organização do Poder Judiciário, toda comarca tem que ter uma cadeia. Então, toda comarca tem que ter um presídio. E quem quer justiça ágil, mais próxima do seu município, também tem que participar, dar a

sua cota nas dificuldades, ou seja, na construção de presídio, na manutenção das pessoas encarceradas.

Então, tem que se saber escolher o local ideal. Na Grande Florianópolis, o local que estava sendo definido é o ideal? Não é! Dá para se colocar num local mais isolado. Entendo até que as unidades prisionais devam ficar, no mínimo, a cinco quilômetros do perímetro urbano. Há municípios, como é o caso de São Miguel d'Oeste, em que foi definida uma área para o presídio dentro do perímetro urbano.

Hoje, o presídio não é aquela cadeia com tranquilidade de anos passados. Atualmente, há marginais encarcerados, possíveis de ações, de sequestro de presos, de explosão de muro, de render a equipe do presídio para a fuga. Então, mudou o perfil do criminoso, e mudando o perfil do criminoso temos que mudar a atuação e combater fortemente isso.

Quero registrar também que contamos, ontem e hoje, em nosso gabinete, com a presença do vereador Carlão, da vereadora Sônia Salete Vedovatto, de Monte Carlo, do prefeito Adelmo Alberti, de Bela Vista, do prefeito Milton Simon, de Itapiranga, do prefeito Celso Natalino Taube e do secretário José Viro, que é policial civil, de Guarujá do Sul, do prefeito Orli Genir Berger, de Maravilha, além de outros pleitos, para tratar da questão das rodovias e de outros assuntos relacionados com a área da Saúde. Mas todos estavam preocupados com a segurança pública.

Mas é bom ver que o governador Raimundo Colombo está preocupado, está agindo, que a secretaria da Segurança Pública está agindo, está distribuindo viaturas, procurando, de forma técnica, tirar de circulação as viaturas mais antigas, para colocar as novas em atuação. Isso às vezes pode causar algum problema, porque algumas viaturas novas muitas vezes vão para municípios pequenos.

Felizmente, ainda tínhamos, com todas as substituições, algumas viaturas antigas. Vou citar um município que ganhou uma viatura nova, como o

município de Bom Jesus do Oeste, mas a delegacia da comarca, que comanda o município, ficou com viaturas mais velhas, e aí acaba o delegado titular favorecendo o serviço dentro da comarca levando aquela viatura nova para onde há mais necessidade.

Então, nem sempre na segurança pública é possível fazer tudo tecnicamente somente. O técnico tem que somar a experiência, o conhecimento da área e o número de ocorrências. Enfim, o conjunto é que dá essa visão técnica e não simplesmente uma visão matemática.

Estamos vendo que o governo está no caminho certo, com o secretário César Grubba, da secretaria da Segurança. Elogiei o comandante-geral da Polícia Militar pelo dinamismo e pela motivação de toda equipe de trabalho. Conversei ainda hoje com o delegado Aldo Pinheiro D'Ávila e pude ver que a Segurança caminha, e é por este caminho que nós vamos melhorar Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado que mais tem debatido as questões de saúde do estado, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, é justamente sobre saúde que volto a falar.

Tenho representado esta Casa, mais especialmente a Unale - União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais -, numa comissão nacional que desde outubro, novembro e dezembro do ano passado, e agora também já nos meses de janeiro e fevereiro, tem-se reunido na Assembleia Legislativa de São Paulo, a partir de uma coordenação da comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de São Paulo e também de uma Frente Parlamentar das Santas Casas, para tratar sobre o tema do subfinanciamento da saúde, que continua a nos preocupar, e também da situação dos hospitais no Brasil.

Ainda ontem estive na Assembleia Legislativa de São Paulo participando de um desses encontros,

e essa comissão está ampliada com uma representação de várias entidades médicas e representantes das unidades hospitalares. E na ocasião foi constituído um grupo de trabalho que fará um estudo pormenorizado da situação, principalmente dos hospitais do Brasil. E será esse relatório que nos vai orientar para uma audiência com o ministro Alexandre Padilha, em Brasília, em breve.

O ministro, numa das reuniões que tivemos ainda em dezembro, lá em São Paulo, na Assembleia Legislativa, recebeu essa comissão e já se propôs a adiantar alguns estudos também para que pudesse confrontar com os estudos que haveremos de apresentar ao ministro.

Então, isso é muito importante porque todos nós estamos insatisfeitos. Eu, pessoalmente, não fiquei contente com os desdobramentos da Emenda Constitucional n. 29, da forma como ela ficou aprovada no Congresso Nacional. Portanto, acho que esse tema do financiamento da saúde continua aberto. E agora, nos ajustes fiscais do nosso governo federal, está aí anunciado o corte de mais de R\$ 5 bilhões na área da saúde. Isso nos preocupa dentro do que está consubstanciado no subfinanciamento da saúde e na forma como a Emenda n. 29 ficou aprovada.

Por isso, hoje, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, vai chegar a Florianópolis, e nós vamos acompanhá-lo em toda sua programação. Ontem, já recebi a incumbência, em São Paulo, de poder adiantar ao ministro alguns pontos do documento que pretendemos levar ao ministro sobre a situação dos hospitais no Brasil.

Então, quero que o ministro seja muito bem-vindo a Florianópolis. Conforme a programação, ele fará uma visita ao Centro de Saúde Santo Antônio de Lisboa, participará da abertura oficial do Carnaval e lançará a campanha de prevenção a Aids no Carnaval. Isso tudo é muito bom e honra-nos a presença do ministro.

Mas vamos aproveitar a oportunidade também para apresentar ao ministro, portanto, as preliminares desse documento da audiência sobre a

situação dos hospitais. Além do que também vamos entregar-lhe um convite para que volte à nossa Casa, nos dias 12, 13 de março, para participar do II Simpósio Nacional sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Na oportunidade, vamos ter a honra de receber na Casa o médico francês, dr. Luc Montagnier, Prêmio Nobel da Medicina em 2008. E parte também pelos seus estudos e, principalmente pelo isolamento do vírus da AIDS. Portanto, ele é uma referência mundial nessa área, Prêmio Nobel de Medicina, que muito nos honra.

Então, pretendemos que o ministro Alexandre Padilha volte à nossa Casa em março para participar desse simpósio nacional, inclusive fazendo a palestra de abertura desse Simpósio Nacional sobre a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida.

Mas, sr. presidente, há alguns pontos principais que vamos levar ao ministro - e além dessa comissão que se reúne na Assembleia Legislativa de São Paulo, sendo que temos um assessoramento técnico, coordenado pelo dr. José da Silva Guedes, da Unicamp, e cujos estudos estão sendo detalhados sobre essa situação hospitalar no Brasil, e não somente das Santas Casas, mas dos hospitais em geral -, e estamos aqui adiantando alguns pontos que pretendemos debater. O primeiro é a urgência da revogação dos vetos na regulamentação da Emenda n. 29 para que se mantenha o projeto original do Senado, garantindo que o governo federal invista ao menos 10% do Orçamento em saúde. Não há saúde sem financiamento!

A necessidade de reajustar a tabela do SUS - Sistema Único de Saúde. Todos sabemos que ela está defasada e necessitando de realinhamento em vários pontos, principalmente na baixa e média complexidade. Em alguns pontos ela está excelente, principalmente na alta complexidade, mas precisamos, sem dúvida, de um realinhamento na tabela do SUS. O ministro Alexandre Padilha tem demonstrado uma resistência nesse sentido, mas pretende realocar novos investimentos e mais

recursos na saúde, através de determinados programas e de uma rede de assistência, como a Rede Cegonha, os programas na área de urgência e emergência e tantos outros programas.

Mas entendemos que, independente desses programas que são importantes para aportar novos recursos para a saúde, é necessário um realinhamento também da tabela do SUS.

Por outro lado, também compartilhamos com a idéia de que se deve melhorar a gestão do sistema de saúde pública nos hospitais, nas Santas Casas e nos estabelecimentos de saúde de um modo geral.

Portanto, é nesse sentido que eu aproveito a oportunidade para desejar ao ministro Alexandre Padilha que seja muito bem-vindo ao nosso estado de Santa Catarina, a Florianópolis, nessa sua programação principalmente alusiva à sua preocupação na questão da prevenção da AIDS, às vésperas do Carnaval 2012.

Mas esperamos que ele também possa se comprometer conosco nesses compromissos da saúde e, principalmente, no financiamento da saúde que estamos aqui propondo, somando os nossos esforços na participação também da frente nacional com mais recursos para a saúde.

Assim, o que desejamos é que as nossas autoridades federais, a nossa presidente Dilma Rousseff, o ministro Alexandre Padilha e todas as demais autoridades na área também da Fazenda entendam que precisamos que a saúde esteja na ordem do dia em 2012. E essa questão dos recursos financeiros para a saúde, corrigindo esse subfinanciamento, é fundamental e vital para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, e também na construção desse sistema que, hoje, nos orgulha. Apesar dos problemas, o SUS não é um problema, ele é uma solução com problemas. E, na medida em que vamos construindo esse sistema, precisamos resolver esses problemas e, ao mesmo tempo, melhorar a gestão e também destinar mais recursos, porque o financiamento é um dos pilares do Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni. Parabéns pela sua atuação e participação na Unale - União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais -, uma instituição em que v.exa., inclusive, tem-se protagonizado como uma figura de caráter nacional em relação à saúde, e isso orgulha a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Aproveito a oportunidade para desejar a todos um bom Carnaval, com muita alegria e muita festa, porque através do divertimento também se constrói cidadania, e o Carnaval é uma marca do povo brasileiro.

Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão e de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 7ª Sessão Ordinária, do dia 22 de fevereiro:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s: 0051/2010, de autoria do deputado Manoel Mota; 0449/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0453/2011, de autoria do deputado Manoel Mota; 0485/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0508/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0520/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0532/2011, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0537/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos; e 0557/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.